

# A Cava de Viriato (Viseu) - novos dados e interpretações

*The enclosure of Cava de Viriato (Viseu)  
- data and new interpretations*

---

Manuel Luís Real<sup>1</sup>, Catarina Tente<sup>2</sup>

## **Palavras Chave**

Recinto de Fosso, Muralha de Terra, Alta Idade Média, Cidade Áulica.

## **Keywords**

Earth Wall, Moat, Early Middle Age, Aulica City.

---

**1** CITCEM/FLUP, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto; IEM/NOVA FCSH, Av. Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, email: manuelluisreal@gmail.com

**2** IEM/NOVA FCSH, Av. Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, email: catarina.tente@gmail.com

## RESUMO

A Cava de Viriato é um dos mais emblemáticos sítios arqueológicos do nosso país, mas também um dos mais enigmáticos. Trata-se de um recinto de planta octogonal com cerca de 38 ha interiores, e em que cada lado do octógono tem em média, pelo lado exterior, 270 m, perfazendo o perímetro de cerca de 2160 m. Esta estrutura foi construída utilizando unicamente os recursos locais, escavando-se um fosso até aos níveis freáticos e usando-se a terra removida na construção da muralha que atingiria cerca de 7m. Esta foi perfeitamente compactada e provavelmente terá sido encimada por uma paliçada.

Conhecido e estudado desde o século XVII por diversos e reputados autores, este sítio arqueológico continua a esconder a sua fundação e função original. Neste artigo apresenta-se alguns dados dos últimos trabalhos realizados sobre a Cava e pistas para uma nova interpretação deste monumento classificado desde 1901 como Monumento Nacional.

Trata-se de uma proposta que pretende lançar mais dados para a interpretação e datação deste imponente monumento, cujos elementos indiciam uma construção durante a Alta Idade Média.

## ABSTRACT

Cava de Viriato is one of the most emblematic archaeological sites in Portugal, but it is also one of its more enigmatic. It is an octagonal enclosure with ca. 38 ha in area, ca. 270 m long in each side of the octagon, thus making a total 2160 m in perimeter. This structure was built exclusively with local materials through the digging of a ditch that crossed the water table and using the removed earth to build a wall that reached around 7 m height. The latter was well compacted and may have been topped with a palisade.

Known and studied since the seventeenth century by diverse and reputed authors, this archaeological site's date of foundation and original function is still unknown. Some recently-obtained data and new research topics are presented in this contribution aiming at a renewed interpretation of this site, which is classified as National Monument since 1901.

This proposal intends to provide new insights to the interpretation and dating of this imposing monument, whose available data suggests its building during the Early Middle Ages.

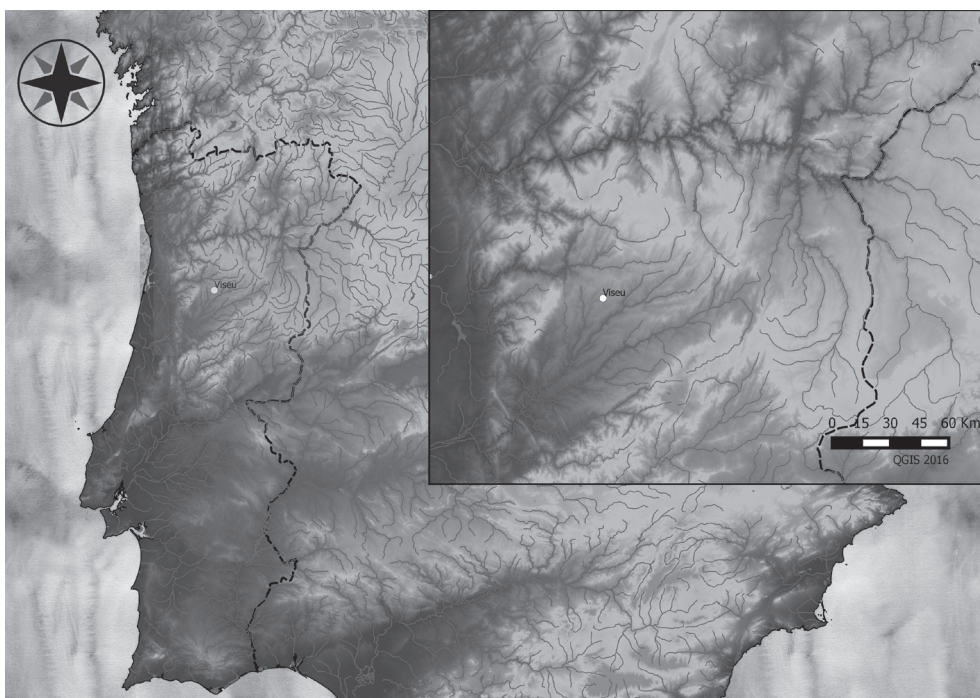
## 1. A CAVA DE VIRIATO - UM SÍTIO, VÁRIAS INTERPRETAÇÕES

A Cava é um dos monumentos que mais cedo despertou as atenções de curiosos e estudiosos. A primeira referência à Cava data dos inícios do século XVII quando Frei Bernardo Brito atribuiu a sua construção à época romana, mais concretamente ao pretor romano Caio Negídio. A sua atribuição a Viriato surge ainda nessa centúria pela pena de Manuel Botelho Pereira (1630). A filiação da Cava ao período pré-romano (Lusitanos) ou romano percorre outros autores, dos quais citamos apenas Henrique das Neves (1893), Amorim Girão (1925 e 1944), Mendes Correia (1928), José Coelho (1938, 1943, 1963), Orlando Ribeiro (1971 a e b) e João Inês Vaz (1993, 1996, 1997). Numa primeira fase, Jorge de Alarcão considera que poderia ter tanto uma origem romana como medieval (1989, 1992, 1996). Vasco Mantas, apesar de considerar poder existir um acampamento romano no interior do octógono desenhado pela Cava, admite que o monumento possa corresponder a um acampamento atribuível à época de Almançor (2003). A eventual origem islâmica da Cava é igualmente sublinhada, com novos argumentos, por Helena Catarino (2005, 2008).

Jorge de Alarcão é o primeiro a apontar uma possível fundação alto medieval para a Cava, porém atribuída a elites de origem asturiana. Mais concretamente, refere a possibilidade de ser o rei Ramiro o eventual mandatário da obra (2006), linha de trabalho que o texto que se apresenta também segue.

Em termos de dados relativos à arqueologia é de referenciar que as primeiras menções a trabalhos se devem a Mendes Correia, sem que tenha obtido resultados (1943). José Coelho, nas décadas de 60 e 70 do século XX, faz referência a achados de *tegulae* e pedras juntamente com terras negras, no interior da Cava. Também Jorge de Alarcão realizou ali em 1969 breves sondagens, sem que tivesse obtido quaisquer resultados elucidativos sobre a função ou cronologia da Cava (1989). Inês Vaz realizou igualmente trabalho de prospeção, mais intensivo, mas apenas referencia a recolha de uma grelha de forno (romano?) encontrada nas terras do talude e achados de cerâmicas que considera medievais (2003). Mais recentemente, vários trabalhos de arqueologia foram levados a cabo na Cava e suas imediações diretas, nomeadamente no âmbito da requalificação urbana inserida no programa ViseuPolis. Neste âmbito foram realizados diversos trabalhos de acompanhamento e sondagens arqueológicas, quer no interior, quer no exterior do talude (Barbosa, Carvalho, Cravo, 2008; Carvalho, 2006; Carvalho, 2008), e que, uma vez mais, nada acrescentaram quanto à origem e função da Cava. Todavia, estes trabalhos tiveram o mérito de possibilitarem o reconhecimento das características, quer do fosso, quer do talude, conhecendo-se através deles as técnicas construtivas do monumento. O talude foi feito com terras retiradas da escavação do fosso, bem compactadas. O fosso,

de perfil em U foi escavado para lá do início do substrato rochoso, assegurando que se atingia o nível freático e se garantia assim o nível de água no fosso. Em alguns pontos, este atingiu os 4 m de profundidade e uma largura máxima de 16m, sendo que a média ronda entre os 7 e os 8 m. A muralha de terra atinge, ainda hoje, medidas que variam entre os 2 e os 7m contabilizados do interior ao topo do talude. A cava tinha também um sistema de galerias para captação e adução de água, que poderiam fazer a drenagem para o fosso das águas acumuladas no seu interior e, simultaneamente, “manter um nível homogéneo das águas do fosso” (Barbosa, Carvalho, Cravo, 2008: 51).



**Figura 1**

Localização da Cava.



Figura 2

Cava a partir do Google Earth (<https://earth.google.com/web/@40.66599397,-7.91082274,450.99664728a,2719.39825098d,35y,0h,0t,0r?authuser=0>).

## 2. AVANÇOS NO ESTUDO DA CAVA

### 2.1 Documentação

A mais antiga referência documental que conseguimos identificar, sobre a Cava de Viriato, reporta-se ao ano de 1259. Diz respeito a uma herdade no termo de Viseu, limitada “*per stratam publicam que vadit ad **Cobalem** et per vestram vineam et per fluvium de Pavia*”<sup>3</sup>. Ainda hoje subsiste a “Rua do Coval”, numa clara alusão ao fosso que rodeia a estrutura fortificada, com muralha em talude de terra. Outra versão com o mesmo significado e que se fixou na toponímia local é **Cava**, termo cujo uso se alargou para designar todo o monumento, passando,

<sup>3</sup> Diplomatório da Sé de Viseu, nº 354, p. 364.



assim, a nome próprio. Existem múltiplos exemplos em que o topónimo “Cava” foi utilizado para identificar um fosso defensivo, ora subsistente na estrutura urbana, ora como memória da sua antiga existência em importantes cidades alto-medievais: Coria, Leon, Mérida<sup>4</sup>, Madrid, etc. Parece relacionar-se com “*Cárcava/Cárcova/ Cárcoda*”, mas surge também sob a forma de “*Cavea*”<sup>5</sup>. Neste caso, o exemplo mais interessante refere-se a uma estrutura defensiva do alcácer de Oviedo, mandada construir por Afonso Magno e cuja epígrafe comemorativa expressamente denomina “*han[c] caveam*” (Castro Valdés, 1995: 89).

A primeira menção documental ao “*lugar da çerca da Caua*”, em Viseu, parece remontar a 1444<sup>6</sup>. Outras iguais se lhe seguem, a par, também, de “*çerca da ualla*”<sup>7</sup> e “*cerca dallcarçova*”<sup>8</sup>. Ao todo, são nove documentos henriquinos os que aludem a este local, entre 1444 e 1471.

Infelizmente, antes do século XV, estamos mal documentados quanto a este sítio. Todavia, existem notícias extremamente importantes que demonstram que o lugar, na Idade Média, era conhecido por **Vila Nova**. É suficientemente explícita uma passagem dos capítulos às Cortes de Évora, de 1436, na qual os habitantes de Viseu pedem uma feira, a instituir na Cava, com os mesmos privilégios da feira de Trancoso: “*nos pedijes por mercee a honra do martir sam Jorge cujo oragoo esta em ujlle noua onde se a dicta feira ha de fazer*”<sup>9</sup>. Por outro lado, o bispo D. João Homem II, que habitava na Cava, “assistiu à reconstrução da cidade de Viseu, saqueada e incendiada pelo condestável castelhano, em 1396, a partir das suas casas de Vila Nova (Cava de Viseu), onde fez residência (Doc. 18) e redigiu o seu testamento (Doc. 19)” (Saraiva, 2008: 45 e 48). A designação deste assento periférico, como “vila nova”, confere-lhe uma função residencial e não meramente militar. Se a população de Viseu encarasse a Cava como forte ou acampamento militar - romano ou alto-medieval, como tem sido classificado até ao momento - seguramente que os textos o refeririam por “castro”. Foi o que sucedeu com o acampamento de Antanol (concelho de Condeixa), que num documento de 1086 é designado como “*castro Antoniol*”<sup>10</sup>. Aliás, a memória do estatuto urbano do octógono viseense estava ainda viva no séc. XVII, tanto nos “Diálogos” de Manuel Botelho Pereira de 1634 (Pereira, 1955), que lhe chama

4 Foi encontrado o próprio fosso na Calle de Cava (Alba-Feijoo, 2006: 109).

5 O mosteiro galego de San Xoán da Cova é citado, em 1174, como “*Sancti Iohannis de Cavea*” (*Tumbo B de la Catedral de Santiago*, p. 556).

6 *Monumenta Henricina*, vol.8, nº 84, p. 140-141.

7 *Monumenta Henricina*, vol.10, nº 2, p. 3-4.

8 Parece derivado mais de “alcárcova”, do que de “alcácer”. *Monumenta Henricina*, vol.15, nº 16, p. 15-17.

9 *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte*, p. 122

10 *Livro Preto* [da Sé de Coimbra], nº 170

“*cidade nova da cava*”, como no desenho de João de Paiva (1639), onde vem inscrita a legenda “*cava de viriato e sitio da antiqua cidade de vala*” (Vaz, 2006: est. IV)<sup>11</sup>. O facto de ser vista como “cidade”, não impede que ela fosse fortificada, à semelhança de qualquer urbe medieval. Veremos adiante que, no passado, foram vulgares os sistemas defensivos dotados de muralhas de terra e paliçadas, com a proteção suplementar de um ou vários fossos, por vezes cobertos de água. Apesar de no séc. XVII já estar em curso o assoreamento do fosso octogonal da Cava, o dispositivo de defesa ainda se mantinha quase intacto, como o atesta o poema “Viriato Trágico”, de Brás Garcia de Mascarenhas: “*Que inda a Cava se vê, sem se ver o leito. Cheia d’água, e de terra o parapeito*”<sup>12</sup>. Confirmando a importância atribuída ao local, deve acrescentar-se, ainda, que ela fazia parte de uma grande propriedade reguenga, que abrangia terrenos dentro e fora da Cava. A titularidade régia pode remontar a um tempo bem longínquo. Apenas conseguimos documentá-la num prazo de 1589, quando já estava na posse do Cabido, mas pela natureza do topónimo por que é aí identificada - *Prado do Rei* - não há dúvida de que pertencera à Coroa e isso remete para época mais recuada, quem sabe, até, se anterior à fundação da nacionalidade<sup>13</sup>.

A origem do nome “vila nova”, para designar o recinto octogonal, também não pode ser atribuída à Baixa Idade Média. Ela deve remontar a um momento bastante anterior. De facto, a primeira referência documental que possuímos, com absoluta segurança, surge já no momento em que o lugar é abandonado pelo bispo D. João Homem, devido à insalubridade do mesmo, na sequência do progressivo assoreamento do sistema de drenagem<sup>14</sup>. O termo “vila nova” é já frequente na Alta Idade Média. E existem na região alusões a outras “vilas novas”, das quais há que salientar aquela documentada em 961, igualmente junto ao rio Pavia, mas que se situava na freguesia de Torredeita, “*ubi alium monasterium fundatum est*”<sup>15</sup>. Tudo aponta para um período anterior à formação de Portugal, mas que nada terá a ver, em princípio, com qualquer iniciativa islâmica. Pelo contrário, a raiz latina de ambas as palavras parece indicar que se tratou antes de uma fundação em contexto cristão, isto é, da criação “ex-novo” de uma “*uilla*”

11 A legenda não é muito explícita sobre o autor quis dizer “vala” (fosso”) ou “valo” (muralha em terra, com paliçada).

12 A obra poética de Brás Garcia de Mascarenhas remonta a cerca de 1641 (VAZ, 1997: 359).

13 Disponível em <http://digitarq.advis.arquivos.pt/DetailsForm.aspx?id=1046373> [consultado em 16 Fev. 2016].

14 O prelado abandona a sua estância (de recreio?) na Cava, por volta de 1399, para fundar o Paço de Fontelo, numa propriedade da Mitra, que o bispo D. Odório adquirira em 1149 (*Diplomatário da Sé de Viseu*, nº104). A quinta era já anteriormente usada pela cúria episcopal, como se comprova na reunião havida em 1378, entre o vigário-geral do Bispo e o Cabido “sob o carvalho a par da fonte” (Saraiva, 2008: 42).

15 *Liber Testamentorum* [de Lervão], nº 61. Parecem-nos relacionados igualmente com esta unidade de povoamento de Torredeita e não com o lugar homónimo da freguesia de Campo, os documentos publicados como tal, no *Diplomatário da Sé de Viseu*: nº 214 (1210), nº 246 (1225), nº 290 (1231).

ou aglomerado habitacional, mesmo que, dada a sua singularidade conceptual, entendamos a Cava como assento de carácter áulico<sup>16</sup>. E isso é particularmente relevante quando também se constata, num documento de 1122, que o núcleo urbano em redor da catedral era então considerado - decerto por contraste - como a “*ciuitas uetera*”<sup>17</sup>.

Um aspeto complementar, e que não deve ser ignorado, é o da existência no interior da Cava, até 1620, de uma igreja dedicada a São Jorge. Os representantes da cidade de Viseu, nas Cortes de 1436, pediram ao rei a criação de uma feira anual, tendo este autorizado por mercê e em “*honrra do martir sam Jorge cujo oragoo esta em uilla noua onde a dicta feira se há de fazer*”<sup>18</sup>. A renda da referida feira foi concedida pelo monarca a seu tio, o Infante D. Henrique, em 1444<sup>19</sup>. E este, enquanto Duque de Viseu, mandou construir o recinto “*no lugar da cerca da Caua*”, beneficiando para sempre do seu rendimento. Todavia, por disposição testamentária, determinou que a renda da feira ficasse para a Sé, com a condição de que o Cabido reservasse seis onças de prata para pagar a um capelão, que rezasse todos os sábados uma missa a Santa Maria, “*a qual mjsa sempre sera dicta na jgreja de Sam Jorge, que esta na dicta ffeira. E pollo dia de Sam Jorge mandara o dicto cabijdoo dezer huua mjsa cantada no seu altar da dicta jgreja*”<sup>20</sup>. O templo devia ser já antigo então, pois em 1524, a menos de cinquenta anos do testamento do Infante, ele estava a necessitar de profunda reparação. Um século depois, o culto de São Jorge passaria para o interior da Sé (Alves, 1961).

Não desconhecemos a importância que o culto deste santo teve para a dinastia de Aviz. No entanto, sendo a igreja de S. Jorge da Cava o único templo existente no recinto, é muito provável que a sua fundação remonte à época de origem da própria “vila nova”<sup>21</sup>. A devoção ao mártir S. Jorge<sup>22</sup> teve certa relevância

**16** Poder-se-ão citar mais casos: *Vila Nova de Sande* (Guimarães), documentada em 960, 994, 1059 e 1093 (*Diplomata et Chartae*, nº 81, 168, 420 e 799); “*uilla noua*”, em 1086, hoje Aldeia Nova, lugar da freg de Escapães, Sª Mª da Feira (*Diplomata et Chartae*, nº 616); e, na região da Mealhada, a referência a uma “*uilla noua*” em 1064, que pertenceu ao mosteiro da Vacariça (*Diplomata et Chartae*, nº 444).

**17** *Diplomatário da Sé de Viseu*, nº23. Na confirmação do foral de Viseu, concedida por D. Sancho I, em 1187, também se fala de casas “*in ueteri ciuitate de Uiseo*”

**18** *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte*, p. 122

**19** *Monumenta Henricina*, vol.8, nº 84, p. 140-141 (SARAIVA, 2008 p. 60).

**20** *Monumenta Henricina*, vol.14, nº 2, p. 3-5.

**21** É de recordar como, na Alta Idade Média, existiu uma relação entre instituições monásticas e a origem de certas cidades. São exemplos disso Oviedo, Compostela ou Guimarães

**22** Nem sempre é fácil distinguir a que santo se refere, pois existiram dois mártires de nome Jorge: o soldado romano, supliciado no tempo do imperador Diocleciano; e o diácono Jorge, vindo da laura palestiniana de S. Saba, que foi mártir em Córdova, cerca do ano 852, sendo o seu corpo levado para Paris seis anos mais tarde. É possível que, na maior parte dos exemplos citados, seja um culto de raiz moçárabe e, portanto, relacionado com o mártir de Córdova.



durante a Alta Idade Média, inclusive na zona galaico-portuguesa. Em 871, por exemplo, as suas relíquias são invocadas na igreja de Nantón (Corunha)<sup>23</sup>. E em território nacional, o respetivo culto está documentado já em 946 - Vilarinho, perto de Algaça, junto ao rio Alva<sup>24</sup>; em 957 - mosteiro de S. Jorge do Rio Cris<sup>25</sup>; em 974 - mosteiro na freguesia de S. Joaninho, concelho de Santa Comba Dão<sup>26</sup>; em 1052 - S. Jorge de Selho, concelho de Guimarães (Costa, 1990: 233)<sup>27</sup>; em 1059 - Moure, concelho de Felgueiras<sup>28</sup>; em 1088? - S. Jorge de Coimbra (Real e Fernandes, s.d.); e em 1097 - S. Jorge de Caldelas, concelho de Santa Maria da Feira<sup>29</sup>. Ainda relativamente ao séc. X-XI, deve sublinhar-se que a festa de S. Jorge é assinalada em nada menos que onze calendários litúrgicos hispânicos (Barroca, 2015: 95). Quanto à difusão precoce do culto na região não restam, pois, quaisquer dúvidas. Mas pode, mesmo, estabelecer-se alguma relação de S. Jorge com Viseu. O prior da Sé Catedral, São Teotónio, nomeado para este cargo em 1110/1111, fez questão, anos mais tarde, de visitar o sepulcro do santo mártir, na Palestina, depois de aportar em Jafa e após uma atribulada viagem pelo mar Mediterrâneo (Marques, 2001: 115). Neste caso, estaremos perante uma devoção ao S. Jorge de origem oriental e não ao mártir de Córdoba, seu homónimo, originário igualmente da Palestina. Ou então, uma mera rotagem ao túmulo do santo homónimo do mártir hispânico, venerado em Viseu.

Em face do exposto, temos fundada expectativa de que se venha a confirmar a hipótese avançada por Jorge Alarcão (2006), de que estaremos perante um projeto concebido no tempo em que Ramiro foi rei em Viseu (926-931)<sup>30</sup>. É necessário, no entanto, obter informações arqueológicas mais seguras e avaliar

**23** *Colección diplomática del monasterio de Celanova (842-1230)*, doc. nº 3. Nas Astúrias, o culto de S. Jorge foi também precoce: San Xurde de Berulfe (975).

**24** *Liber Testamentorum* [de Lervão], nº 45.

**25** *Diplomata et Chartae*, nº 114.

**26** *Livro Preto*, nº 2.

**27** O culto de S. Jorge nesta freguesia, não referido no citado documento de 1052, aparece, porém, no Censual do século XI.

**28** *Diplomata et Chartae*, nº 420: "*uilla mauri integra et de ecclesia sancto georgii*"; na época de Mumadona o orago era, porém, dedicado a S. Salvador.

**29** *Livro Preto* [da Sé de Coimbra], nº 290.

**30** Numa recente troca de correspondência, que agradecemos, o Prof. Doutor Jorge Alarcão defendeu mesmo a possibilidade do projeto da Cava de Viriato ser já da responsabilidade de Ordonho II, ainda enquanto governador e rei na Galiza (i.e. antes de 914). Em seu entender, a ideia da capitalidade de Viseu poderia estar já na mente de Ordonho. A presença dele nesta cidade, documentada a propósito das investidas militares sobre o Andaluz, faria compreender melhor a entrega do príncipe Ramiro aos cuidados da elite de Lafões. Por sua vez, a educação do próprio Ordonho, no seio da corte dos Banu Cassi, explicaria a atração e facilidade de acesso a modelos de inspiração árabe, como no caso da planta octogonal da Cava. É uma nova proposta, a ponderar no prosseguimento dos estudos sobre a Cava de Viriato.

dados de contexto que ajudem a explicar a existência de um plano tão complexo e inovador, nesse momento, apesar dos meios relativamente simples utilizados para o alcançar.

## *2.2 Uma nova intervenção arqueológica no fosso*

Em julho de 2015 realizou-se uma pequena intervenção arqueológica na Cava, a qual pretendia averiguar o estado de conservação do fosso do lado norte e realizar recolhas de amostras sedimentares e de matéria orgânica. Esta é uma das áreas mais bem conservadas e onde ainda existe um alto grau de humidade, que é um fator fundamental para a conservação de matéria orgânica (madeiras, galhos, folhas). O objetivo era poder recolher amostras próximas do fundo do fosso, que pudessem ser datadas por radiocarbono, fazendo-se assim uma aproximação à cronologia de construção/uso da Cava.

Para prossecução deste objetivo, foi efetuada uma sondagem no local indicado (Figura 3), com a dimensão de 4x4m. A mesma foi aberta com meios mecânicos (Figura 4) e pretendia-se realizar a limpeza de um dos cortes e proceder ao seu registo manual. Todavia, a cerca de 1,5 de profundidade percebeu-se que o fosso, apesar de estar entulhado de terras, ainda conserva muita água, mesmo no pico do verão.

Esta circunstância tornou instáveis os perfis da sondagem, impedindo a limpeza do corte inicialmente prevista. Optou-se então por tentar recuperar uma amostra íntegra que incorporasse o nível geológico e os dois ou três primeiros níveis de enchimento do fosso. Tal foi possível de realizar e recolheu-se uma amostra com estas características, da dimensão da pá da máquina (Figura 5). Também foi possível observar que as terras de enchimento são bastante limpas de material mais grosso e têm uma clara textura argilosa, o que indicia uma deposição lenta, incorporando algumas escorrências dos taludes do fosso e materiais que se depositavam na superfície da água que enchia o fosso.

A amostra que foi possível recuperar do fundo do fosso possibilitou perceber que este foi escavado até ao nível geológico (nível areão de granito amarelo), tendo sido atingido o nível freático (U.E.3). Por cima deste nível geológico foram-se depositando lentamente terras argilosas (de cor cinzenta clara, correspondendo à U.E.2) de textura muito fina e sem incorporação de material, nem espólio arqueológico. Sobre esta camada depositou-se um outro nível de terras argilosas (de coloração cinzenta ligeiramente mais escura que a anterior, correspondente à U.E.1), com semelhante textura e também estéril do ponto de vista arqueológico. Foi deste nível que se recolheu a raiz que foi datada por radiocarbono.



Figura 3

Localização exata da sondagem realizada em 2015, inserida na planta da Cava (cortesia da Câmara Municipal de Viseu).



**Figura 4**

Momento da abertura da sondagem mecânica no fosso norte da Cava.





**Figura 5**

Amostra integral de terras do fundo do fosso recolhida durante a sondagem mecânica.



Os carvões e raízes recolhidos foram identificados por João Pedro Tereso, tendo sido reconhecido que os carvões são de *Quercus sp.* e as raízes são de vários arbustos do tipo giesta (*Genisteeae* sobretudo géneros *Genista* e *Cytisus*). Uma das raízes de *Genista*, retirada da UE1 foi enviada para datação por radio-carbono tendo-se obtido o seguinte resultado:

Proveniência	Ref. laboratorial	Tipo de amostra	Data BP	cal BC/AD (68,2 %)	cal BC/AD (95,4%)
Fosso norte, UE1	Beta-435473	<i>Genista</i> , sp.	460 ± 30	1425-1450	1412-1468

Tabela 1

Datação por radiocarbono obtidas no fosso Norte da Cava de Viriato.

Uma das conclusões possíveis de avançar é a de que junto do fosso sempre houve vegetação arbórea e arbustiva, pois estas terras integram alguns pequenos ramos e folhas de árvores. Outra conclusão que se pode retirar é a de que os construtores da Cava projetaram este recinto e o seu fosso de modo a que o mesmo estivesse com água durante todo o ano. Para isso escolheram não só o local mais adequado, no qual existiam linhas de água que pudessem alimentar o fosso, mas garantiram também que a sua escavação atingisse os níveis freáticos, algo que se pôde constatar aquando da abertura da sondagem. Em cerca de 4 horas a sondagem ficou completamente cheia de água, mesmo no momento de maior estio. Por outro lado, também se pôde confirmar que as terras argilosas que foram colmatando o fosso são estéreis arqueologicamente, uma conclusão que já havia sido retirada dos trabalhos realizados noutras zonas do fosso, aquando do programa Polis.

A datação obtida demonstra que, na primeira metade do século XV, o fosso estava já parcialmente colmatado e com vegetação a crescer no seu interior. A raiz do arbusto autóctone, que foi datada, deveria estar a crescer a mais de 1 metro acima da cota a que foi recolhida (U.E.1), no segundo nível de acumulação argilosa que foi identificado na sondagem.

### 3. UMA OUTRA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL

Perante a escassez significativa de vestígios arqueológicos, a tese de um grande acampamento militar de época romana tem vindo a perder defensores<sup>31</sup>. A esse respeito, são de sublinhar as opiniões de Jorge Alarcão e Vasco Mantas. Este último, embora não descarte a possibilidade de ter existido um aquartelamento anterior de menores dimensões, apontou para a possibilidade de se tratar de um acampamento da época de Almançor, tendo como referência a fortaleza octogonal de al-Qadisiyya, em Samarra, no atual Iraque (Mantas, 2003). Esta opinião foi reforçada com novos argumentos a favor de uma construção islâmica, avançados por Helena Catarino (2005: 201-202). De facto, nada repugna a que possamos estar perante uma obra alto-medieval, se bem que, do ponto de vista arqueológico, continuamos ainda carecidos de evidências de cronologia - absoluta ou relativa - que nos permitam localizar inequivocamente a Cava nesse período. Do ponto de vista construtivo, existem múltiplos paralelos de obras militares em terra, inclusive na região, como, por exemplo, as identificadas por Marcos Osório em Sabugal Velho, Alfaiates e Tapada da Cabeça, todas elas posteriores ao século IX (Osório, 2010, 2012, 2014). E, contrariamente ao que durante largo tempo se pensava, este território era então densamente povoado. Para avaliarmos a capacidade construtiva das suas gentes, durante a Alta Idade Média, basta pensar na densa rede de castelos, penelas castrenses e templos, documental ou arqueologicamente referenciados, cuja edificação exigiu, sem dúvida, boa organização e muita mão de obra disponível. É uma época em que se utilizou sistematicamente a madeira nas construções (Tente, 2010), se fizeram moinhos e lagares, se criaram e aproveitaram abrigos rupestres, se esculpiram milhares de sepulturas abertas na rocha, se realizaram fontes e levadas para garantir o aprovisionamento de água, se concretizaram terraplanagens e valos para preparar áreas de cultivo, etc. Toda esta série de trabalhos pressupõe a existência de poderes locais consolidados e a relativa facilidade de contacto com outros centros de poder, ao mesmo nível ou de âmbito mais lato. Era esta a situação da Beira Interior, pelo menos desde o segundo quartel do século X. E uma prova do que estamos a afirmar vamos encontrá-la numa informação cronística árabe, relativa a certo evento ocorrido no final da centúria. Segundo Ibn al-Khatib, quando Almançor decidiu empreender a campanha contra Montemor, provavelmente aquela que está documentada em finais de 990 d. C., “compró três mil acémilas durante siete días”<sup>32</sup>. No caminho, conquistou pela força uma

31 Os poucos vestígios romanos encontrados podem derivar dum assento rural de reduzidas dimensões e, em parte, do arrastamento de terras para construir o monumental *vallum* defensivo. Neste último caso, estão os restos de uma grelha de forno, descobertos no talude por J. Inês Vaz.

32 Luís Molina, citado em Correia, 2010: 424-425.

cidade, que Fernando Branco Correia pensa ter sido Viseu<sup>33</sup>. É possível que possa haver algum exagero na quantidade de animais de carga adquiridos pelo caudilho muçulmano. Mas a circunstância do arrestamento das azémolas ter coincidido com o mês de *sawwāl*, pode indiciar que tal tenha ocorrido já durante a própria campanha, como parte de preparativos logísticos no terreno, para transporte de bens a arrecadar com a pilhagem das colheitas agrícolas e de despojos furtados à passagem pelas povoações. Desta medida deve, pois, concluir-se que havia não só grande quantidade de bens em expectativa de arrecadação, mas ainda uma possibilidade objetiva de reunir rapidamente grande quantidade de animais de carga e, também, de homens.

Cremos assim demonstrada a capacidade para se erguer uma construção em terra da envergadura da Cava de Viriato, desde o momento em que, na região, se veio a consolidar uma influente elite cristã, em parte descendente da antiga nobreza romano-goda e reforçada durante as décadas em que, no seu refúgio de Lafões, se estabeleceu o príncipe asturiano Bermudo Ordoñez, com a sua corte (Real, 2013a: 203-220). A mesma deve ter continuado a fortalecer-se durante a capitalidade de Viseu, preparada por Ordonho II, ainda enquanto rei da Galiza, e confirmada pelo filho Ramiro, entre 926-931, na qualidade de herdeiro da metade sul do mesmo reino. Não restam dúvidas de que, também no tempo de Almançor, algo do género poderia ter acontecido. Todavia, importa atender a outros fatores, os quais, para além do que dissemos no apartado sobre a documentação, diminuem a possibilidade de estarmos perante uma iniciativa do hájibe de Hisham II. A fonte de Ibn Idhārī apenas refere que Almançor se encontra com apoiantes na cidade (Sénac, 2011: 94). Por outro lado, há que ter também em conta a improbabilidade de definir a Cava como um acampamento, se se pretende vincula-la ao modelo de al-Qadisiyya. O octógono regular de Samarra não foi concebido como mero acampamento castrense, mas sim como cidade áulica, para habitação do califa. Embora protegida por muralhas em tijolo, trata-se da cidadela planeada pelo soberano abássida, Harun al-Rashid, para albergar um amplo complexo palatino e religioso, mas que ficou incompleta por ter sido precocemente abandonada, em 796 d. C. (Figura 6). Por outro lado, em nossa opinião, a alcáçova de Viseu no tempo de Almançor seria, antes, no

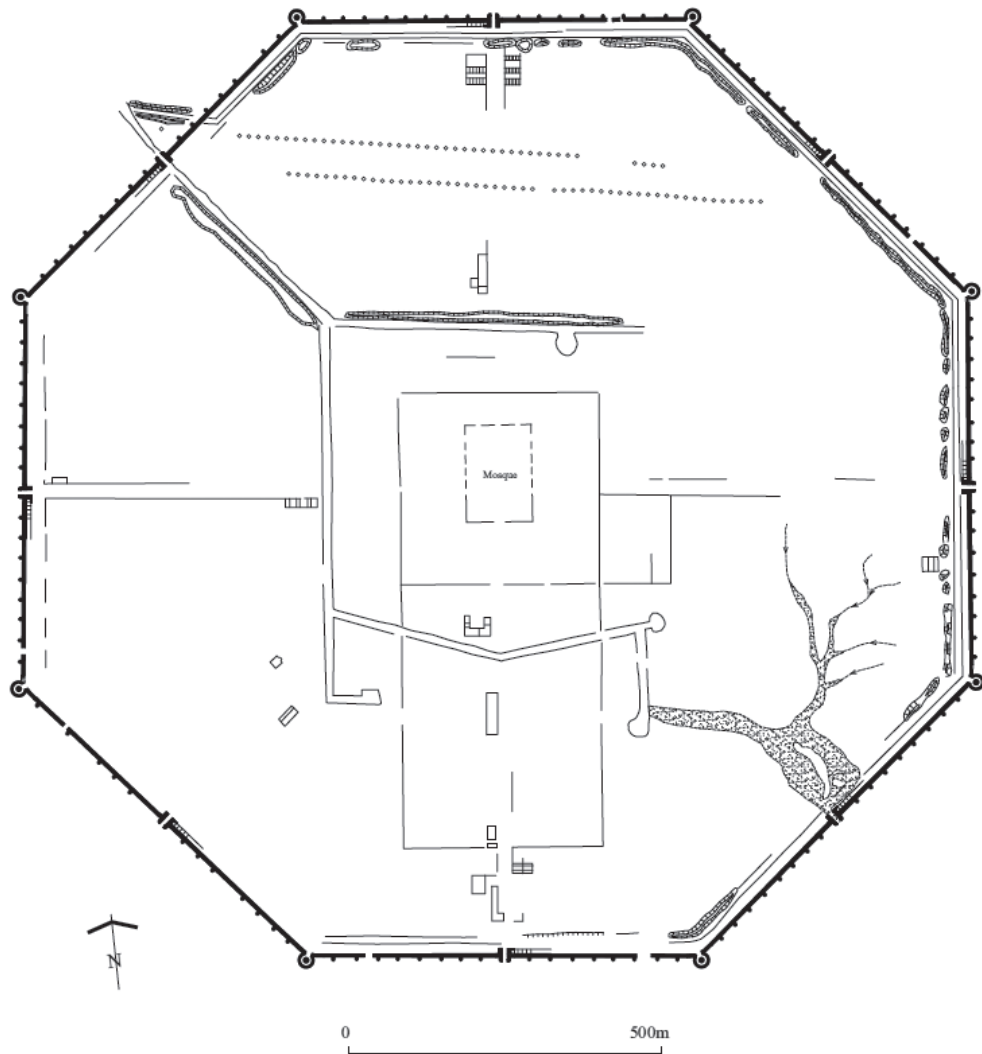
---

**33** O autor apoia-se numa outra notícia, publicada também por Molina, e identifica a presumível cidade com Viseu, que “había sido capital de los Isbān e de los godos” (Correia, 2010: 425). Fernando Branco Correia deixa no ar a possibilidade da aquisição de tão elevado número de azémolas se relacionar com a construção da própria Cava de Viriato (Correia, 2010: 428). Todavia, a propósito da campanha de Almançor a Santiago de Compostela, Ibn Idhārī, refere apenas que “Entró primero en la ciudad de Coria, después, cuando llegó a la capital de Galicia [Viseu], se reunió un gran número de condes que reconocían su autoridad y que se presentaron con sus guerreros y con gran pompa, para unirse a los musulmanes y enseguida emprender las hostilidades por su cuenta” (Apud Sénac, 2011:94).

morro da Sé. Trabalhos recentes de arqueologia da arquitetura (Utrero Agudo, 2012) confirmaram a existência de dois trechos da primitiva estrutura do castelo, os quais são posteriores ao edifício suevo-visigodo, escavado por João Inês Vaz, e precedem a obra episcopal de época românica (Fernandes, 2017: 305-313). Poderá ter sido uma alcáçova de tipo quadrangular, à semelhança das de Coimbra (Catarino, 2005: 203-206; Pimentel, 2005: 158-2016) ou de Lisboa (Gomes, Gaspar, 2013: 397-399). Esta última deve ter sido construída ou remodelada pelo próprio Almançor (Barceló, 2013)<sup>34</sup>. A ter existido, a medina islâmica, situar-se-ia no morro da Sé. Embora não haja qualquer comprovação de tal, a localização dos três locais de culto cristão nos arrabaldes (S. Miguel, S. Martinho e Sta. Cristina) poderão indiciar isso mesmo, tendo o primeiro provavelmente desempenhado temporariamente as funções de sede episcopal. Era esta a “*ciuitas uetera*” do documento de 1122. A sede episcopal poderá só ter regressado à alcáçova depois da reconquista de Fernando Magno, sendo a nova catedral sagrada em 1109, pelo legado pontifício e arcebispo de Toledo, D. Bernardo, segundo um “Livro de Lembranças” do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Real, 2013c: 180). Mas a preservação da memória palatina do lugar manteve-se, com a instalação do conde D. Henrique no interior da alcáçova (Alves, 2011: 61-65).

---

**34** As autoras da escavação referem que “os resultados da intervenção arqueológica sugerem tratar-se de um edifício construído em meados do século XI” (Gomes e Gaspar, 2013: 398). Todavia, a inscrição publicada por Carmen Barceló faz recuar umas décadas a construção do castelo.



**Figura 6**

O octógono de al-Qadisiyya, Sama, na Síria (in Alastair Northedge, 2005)



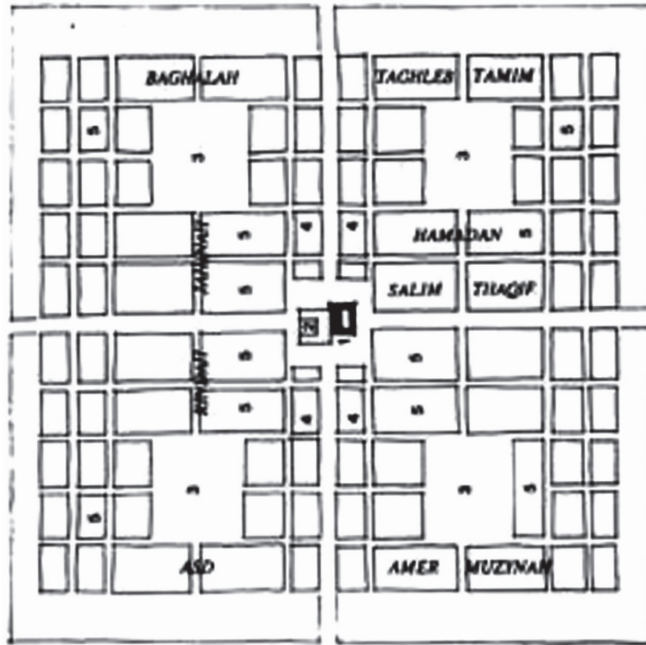


Figura 7

Reconstituição do acampamento militar de Kufa, na Síria (in *Civic Architecture in Islamic History*, disponível em <http://web.mit.edu/4.611/www/L2.html>).

Embora se possam citar acampamentos romanos de maiores dimensões, o estabelecimento de uma legião não devia exigir mais do que 18 a 22 ha (ex. Lambaesis, na Argélia). Era esta também a dimensão da *Castra Praetoria*, de Roma, onde se instalava a guarnição permanente do Imperador. Mas boa parte dos casos conhecidos de acampamentos militares, no ocidente peninsular, são até bastantes mais pequenos: Alto dos Cacos-Almeirim (11ha); Serra da Casiña-Leon (11/12ha); Aquis Querquennis-Orense (3ha), Cidadela-Corunha (2,4ha)<sup>35</sup>. E quanto ao acampamento de Antanhol, em Condeixa, documentado no século

**35** As áreas aqui apresentadas são aproximativas e resultam de informações colhidas em diversas fontes ou de cálculos a partir das medidas lineares apresentadas pelas mesmas.

XI<sup>36</sup>, a sua área não ultrapassava os cerca de 9ha (FLUC, 1985: 8)<sup>37</sup>. Assim sendo, a Cava parece demasiado grande para um mero acampamento militar. Por sua vez, a análise comparativa entre a dimensão da área da Cava, com os seus 38 ha, e a de certas cidades medievais, não deixa margem para dúvidas sobre a ambição urbana que terá tido o respetivo projeto: Santiago de Compostela (30ha); Leon (20ha); Astorga (21ha); Zamora (12ha) (López Carreira, 1999: 78; Benito Martín, 2000: 101).

A comparação com Compostela é interessante, não apenas relativamente à área urbana, mas ainda quanto à configuração da muralha construída pelo bispo Sisnando II (a.968), ela também formada por taludes de terra. É descrita na *Cronica Iriense*, do seguinte modo: com magnificente concepção (*largita architectis munificentia*) e o trabalho da plebe (*ac plebibus laborum implicitis*), foi feita uma cerca de proteção do lugar Santo, dotada de defesas com torres (*turrium*), taludes com paliçadas (*vallorum*), fossos profundos (*profundis fossis*) e água em redor (*aqua circumfusa*) (Lopez Alsina, 1988: 255-256). Escavações arqueológicas ali realizadas identificaram um fosso defensivo, articulado com a cerca que protegia o *locus*, fosso esse que possuía 3m de fundo e 8m de largura (Suárez Otero, 2012: 40), medidas muito aproximadas às da trincheira da Cava de Viriato. Mais tarde, o bispo Crescónio (1037-1066) substituiu a cintura de terra, com quase 2 Km de longitude, por uma muralha de alvenaria.

Quanto a Oviedo, partindo da configuração da malha urbana, Carlos Sanchez Montaña tem defendido que a cidade alto-medieval possuía uma cerca precisamente de traçado octogonal<sup>38</sup>. Esta hipótese resulta de um exercício académico, baseado em aproximações geométricas sobre a planta atual do centro histórico da cidade, mas que não parece ter sustentação do ponto de vista documental e arqueológico. Outros estudos apontam, antes, para um traçado subcircular<sup>39</sup>. O certo é que, em Viseu, estamos perante uma monumental construção murária em terra, configurando um octógono. A questão que se levanta é a de saber como foi possível realizá-la. Partindo do princípio de que os dados de cronologia ainda são incertos e que até ao momento, a arqueologia não forneceu evidências inequívocas sobre a origem da Cava, procuraremos adiantar algumas

36 Em 1086, a *villa de Anlobria* (hoje Anobra) é localizada “*subtus castro Antoniol, territorio ciuitas Condeixe*”. Cfr. *Livro Preto* [da Sé de Coimbra], nº 170.

37 São poucos os indícios para defender a classificação deste acampamento como romano. Não sendo isto impossível, o contexto documental aponta, porém, para uma função militar e um domínio sobre o território envolvente (“*subtus castro*”), ainda durante a alta-Idade Média.

38 Disponível em: <http://terraeantiquae.com/profiles/blogs/el-lugar-de-oviedo-hasta-el> [consultado em 12 Dez. 2016].

39 Informação fornecida por César García de Castro Valdés, a quem agradecemos.

considerações que podem servir de contexto alargado e ajudar a encontrar a solução do enigma.

Vitrúvio aconselhava que, para implantar novas cidades, se deveria ter em conta a orientação dos ventos. A rosa-dos-ventos vitruviana tinha oito direções principais. Esta ideia, aliada à recomendação do autor do *De Architectura*, para que as muralhas sejam destacadas por torres e o circuito murário não fosse um quadrado, nem tivesse ângulos agudos, conduziu à imagem simbólica da cidade ideal, com oito panos de muralha, expressa em miniaturas ou vinhetas de tratados de origem romana e alto medieval (Smith, 1956, figs. 55-64)<sup>40</sup>. A figuração de cidades com circuito octogonal era conhecida no ocidente cristão e aparece em iluminuras carolíngias, como na *Bíblia de São Calisto*, produzida c. 870, ou nos *Evangelhos de Santa Aurea*, de meados do séc. IX (Figura 8). É sabido como a planta octogonal foi também utilizada na arquitetura áulica romana e medieval, seja de carácter civil ou religioso. Neste último aspeto, são de citar S. Vital de Ravena, o templo carolíngio de Aix-la-Chapelle ou a mesquita al-Aqsa, em Jerusalém. Tanto cristãos, como árabes, tiveram bastante apreço por esta forma geométrica. Desde Euclides que os matemáticos se debatiam com a resolução de diversos problemas de geometria, entre os quais se salientava a chamada quadratura do círculo. Sendo impossível construir, a régua e compasso, um quadrado com a mesma área de um círculo, as experiências levaram ao aprofundamento da análise do octógono, se bem que, para o efeito, nunca este se transformaria em polígono regular. Na Alta Idade Média continuaram a desenvolver-se estudos matemáticos, em múltiplas vertentes<sup>41</sup>. Porém, é ao saber empírico de arquitetos e agrimensores que se deverão assacar os maiores progressos no delineamento do octógono regular. No ocidente cristão eram traduzidos textos de agrimensura de origem árabe (González, Aguiar, 2003: 103-108). Existem várias soluções para chegar ao octógono. A que julgamos mais provável, terá tido por base uma unidade de agrimensura assente no quadrilátero, sendo o octógono construído a partir das respetivas diagonais, pela medida da circunferência inscrita (Figura 9). Esta nossa hipótese parte da constatação de que, na Cava de Viriato, o comprimento das diagonais do polígono coincide com a dimensão da mediatriz do quadrado, cuja métrica respeita exatamente os 20 *actus*. Ora, tal medida corresponde à unidade padrão mais relevante na agrimensura romana.

**40** Agradecemos esta informação ao Prof. Doutor Jorge Alarcão.

**41** Um nome cimeiro na Europa cristã do séc. X foi Gerbert d'Aurillac, futuro papa Silvestre II, que passou pela Hispânia, onde teve contactos com a filosofia e a matemática cultivada pelos árabes. São de salientar para o séc. IX, entre outras, as obras de Abû Bakr (séc. IX) e al-Khwârizmî. E no tempo do califa al-Hakam II (961-976), a cidade de Córdoba era uma referência incontornável no domínio da matemática e da astronomia, tal como na prática da agrimensura, todas elas herdeiras da tradição greco-romana.

A métrica das diagonais da Cava foi, pela primeira vez, realçada por Rodrigo Banha da Silva, o qual, além do mais, determinou a medida de *um actus* para a espessura da base do talude<sup>42</sup> e o comprimento de *duas milhas* para o perímetro exterior da base do mesmo (Silva, 2010: 163-164). Interessa, por outro lado, comparar as medidas da Cava com as do *husn* palatino de al-Qâdisiyya. Aqui, a distância entre os lados opostos do polígono varia entre 1476 e 1508m. E o comprimento de cada face do octógono situa-se entre os 612 e 623m (Northedge, 2005:82.). É provável que houvesse a intenção de delinear a Cava de Viriato com metade da área da construção califal de Samarra. No entanto, tendo em conta que cada lado do polígono de Viseu ronda os 270 m, medidos do exterior, e que a distância entre lados opostos do mesmo, é de cerca 630 m, pode concluir-se que a proporção de dimensões entre o monumento hispânico e o iraquiano é de uns 42% para a Cava de Viriato<sup>43</sup>.

Pelo exposto e como já foi adiantado por Vasco Mantas e por Helena Catarino, é de considerar que, na edificação da Cava, tenha havido influência islâmica. Contudo, pelas razões aqui adiantadas, temos grandes dúvidas de que os seus promotores tenham sido governantes muçulmanos. Resta avaliarmos até que ponto se poderá aceitar que tal tenha ficado a dever-se a autoridades com vínculo galaico-asturiano. Infelizmente, do ponto de vista documental, estamos muito limitados para se estabelecer qualquer relação imediata de causa e efeito. Todavia, na Hispânia alto-medieval existem muitos exemplos de cooperação e permuta de influências entre os dois lados da fronteira. No caso concreto da elite de Viseu-Lafões é de sublinhar que, desde a rebelião de Astorga, o líder Bermudo Ordonhes pôde contar com o apoio de caudilhos islâmicos. Por outro lado, não deve negligenciar-se a forte implantação moçárabe na região, testemunhada, desde cedo, na onomástica local. E mesmo do ponto de vista arquitetónico possuímos uma evidência notável acerca da direta influência cordovesa, na segunda fase da obra de S. Pedro de Lourosa. É o caso da cornija de arcaturas, que imitava o coroamento dos alminares das mesquitas islâmicas, e a superior qualidade do aparelho construtivo (Real, 1995: 64-65 e figs. 41-44). Isto terá ocorrido ainda na primeira metade do século X, altura em que se pode ter dado a construção da Cava de Viriato. E não é de esquecer que os moçárabes da região de Lisboa-Sintra devem, no mesmo período, ter acolhido migrantes oriundos de Samarra (Irake) e da faixa mediterrânica situada entre al-Fayum

42 O *actus* = 120 pés = 35,485 m; 20 *actus* = 2400 pés = c. 710 m.

43 É de perguntar se haveria a intenção de atingir os 50% e se uma hipotética diferença de metodologia para chegar ao octógono - a partir diretamente do diâmetro da circunferência ou a partir de um quadrado com circunferência inscrita - não terá originado a diferença de cerca de 8% constatada, para se atingir a metade das dimensões do polígono de Samarra.

e Kairuan, pois há fortes indícios locais, não apenas de ordem artística, mas também toponímica (Real, 2014: 322-323). No que se refere à possibilidade de, a partir de Viseu, ter havido contactos, referimos que na região de Lafões, onde foi educado o futuro rei Ramiro II, uma fonte islâmica dá conta da existência de um grupo de cavaleiros de origem síria, que seriam bem falantes de árabe e que descenderiam de al-Gassani<sup>44</sup>. Para Helena Catarino, este poderia ser um chefe militar que acompanhou Muça e seria, após a assinatura do pacto, “o promotor de uma nova comarca, de nome Al-Ijwân” (Catarino, 2005: 199 e 202)

Sem o podermos afirmar categoricamente, é bastante plausível que a construção da Cava possa ter tido lugar na passagem do primeiro para o segundo quartel do século X. Tratando-se de uma obra que supera as proporções e a ordenação de um mero campo militar, o monumento tem características que o podem definir como cidade áulica, se bem que o respetivo projeto tenha ficado aparentemente interrompido. Tal inovação explicar-se-ia, antes de mais, pela consciência da capitalidade de Viseu, que começou talvez a ser concebida ainda em tempos de Ordonho, enquanto rei da Galiza (911-914), e que seu filho, o *princeps* Ramiro, em circunstâncias algo semelhantes, tornou realidade entre 926-931, quando foi rei em Viseu. Em nenhum momento as autoridades islâmicas estiveram em condições de justificar a capitalidade da urbe viseense. As vicissitudes políticas do reino astur-leonês, porém, depressa catapultaram Ramiro para o trono de León. Ramiro II nunca virá a esquecer a sua colaça, a condessa Mumadona Dias, mas o pragmatismo político depressa se revelaria nos laços que passa a estabelecer com seu primo, São Rosendo, e no casamento com a filha do conde galego, Guterre Osore. A capitalidade de Viseu deixara também de ter sentido, podendo assim encontrar-se uma razão não negligenciável para considerar a Cava como um projeto ambicioso, que ficou pelo caminho.

---

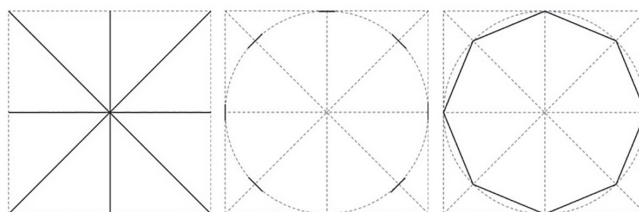
**44** Cyrille Aillet considera esta fonte suspeita, e que se está perante uma mitificação. Todavia, a razão invocada não deixa de ser uma hipótese de trabalho que infelizmente é impossível de confirmar (Cyrille, 2010:299-301). De qualquer forma sendo ou não verdadeira a fonte, a menção a esta investida sevilhana sobre Lafões, ocorrida entre 1026-1030, enquadra-se perfeitamente no que se sabe sobre o desenrolar de acontecimentos bélicos nesta zona de fronteira.





**Figura 8**

Iluminura do Evangelário dito de Santa Aurea (séc. IX), na Biblioteca Nacional de França.



**Figura 9**

Provável método utilizado para construir o octógono da Cava de Viriato.

#### 4. CONCLUSÕES - PERSPETIVAS DE FUTURO NO ESTUDO DA CAVA

A Cava continua a ser um dos grandes mistérios da arqueologia portuguesa. A cada trabalho que se faz, o sítio continua a resistir revelar a sua função e cronologia fundacional.

Os dados da documentação, como vimos, são relativamente coerentes para nos levar a pensar que estaremos perante um projeto abortado de cidade. A sua localização excêntrica em relação à urbe tradicional, que terá continuado a desempenhar o papel de centro cívico, explica que o sistema defensivo da Cava se tenha mantido razoavelmente conservado até aos dias de hoje. A utilização agrícola do lugar, o seu aproveitamento para a realização da feira e a demolição de algumas construções em pedra (a igreja de São Jorge, as portas da muralha, umas “tres seteiras”, as “cazas das agoas” e um enigmático “muro em pedra...tão forte e argamassado”, ainda visíveis na primeira metade de seiscentos<sup>45</sup>), não foram suficientes para abalar a monumentalidade desprestigiada da Cava. A ser verdade o nosso raciocínio, estaremos perante um caso raríssimo de cidadela fóssil, de tipo áulico, construída em plena Alta Idade Média. Isto realça o interesse arqueológico e patrimonial do monumento, inclusive no plano internacional.

Neste momento, a pesquisa sugere que a Cava possa ter sido construída no século X (provavelmente durante o reinado de Ramiro, em Viseu), mas os dados da arqueologia, até agora obtidos, não são suficientes para se retirar qualquer conclusão definitiva. O futuro da investigação passará agora pela realização de trabalhos sistemáticos no interior do monumento, nomeadamente através de prospeções geofísicas que deverão cobrir toda a área interna. Só assim se poderá vir a identificar possíveis estruturas e zonas onde a potência sedimentar seja mais significativa, em suma, locais onde uma intervenção arqueológica poderá fornecer dados mais concretos. Sem este trabalho, não se podem concluir, em definitivo, a cronologia e a função da Cava, mesmo que tenhamos agora algumas novas pistas para a sua interpretação.

---

**45** Segundo testemunho de M. B. Ribeiro Pereira, em 1630. Também a planta de João de Pavia, de 1638, localiza três pontos, com a legenda “seteira”. Ficam em frente à ponte da ribeira de Santiago e pode corresponder a uma adaptação defensiva, de época posterior.

## FONTES DOCUMENTAIS

ADV-digitalq <http://digitalq.advis.arquivos.pt/DetailsForm.aspx?id=1046373> .[Consultado em 16 Fev. 2016] - Emprazamento do Cabido de Viseu: PT/ADVIS/COL/PERG/000208.\_

CDMC - SÁEZ, E., SÁEZ, C. - *Colección diplomática del monasterio de Celanova (842-1230)*, vol. 1. Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, 1996.

CP-D - DIAS, J. J. A., - *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de L., 2004.

D-S - AZEVEDO, R., COSTA, A. J., PEREIRA, Marcelino, Marcelino R. - *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I. Coimbra: Centro de História da Universidade de C., 1979.

DSV - VENTURA, L., MATOS, J. C., (ed.) - *Diplomatário da Sé de Viseu (1078 - 1278)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010.

LP - RODRIGUES, M. A., COSTA, A. J. (ed.) - *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra. Edição crítica. Texto Integral*. Coimbra: Arquivo da Universidade de C., 1999.

LT - *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*. León: Centro de Estudios e investigación "San Isidoro", Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008.

MH - *Monumenta Henricina*. 15 vols. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário do Infante D. Henrique, 1960-1974.

PMH-DC - *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa: Academia das Ciências, 1867 e ss.

TB-CS - GONZÁLEZ BALASCH, M. T. - *Tumbo B de la Catedral de Santiago*. Santiago: Cabildo de la Catedral, 2004.

## BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (1989) - *A cidade Romana de Viseu*, Viseu: Câmara Municipal de Viseu.

ALARCÃO, J. (2006) - Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia IV, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9 (1), Lisboa, p. 131-147.

ALBA CALZADO, M., FEIJOO, S. (2006) - Defensas urbanas de la Mérida islâmica. In GÓMEZ MARTINEZ, Susana - *Al-Andalus espaço de mudança: Balanço de 25 anos de História e Arqueologia medievais*. Mértola: C.A.M., p. 101-110.

ALVES, A. (1961) - A desaparecida capela de S. Jorge da Cava. *Beira Alta*, 19-3, Viseu, p. 285-293.

ALVES, C. F. P. (2011) - Os Monumentos Nacionais e a [des]construção da História. *A Sé de Viseu*. Viseu: Arqueohoje.

BARBOSA, R., CARVALHO, P. S., CRAVO, S. (2008) - *Estudo e Caracterização arqueológica no âmbito da empreitada de recuperação e arranjo paisagístico de parte do monumento da Cava de Viriato (Viseu). Relatório Final dos trabalhos arqueológicos*, Viseu: policopiado.

BARCELÓ, C. (2013) - Lisboa y Almanzor (374 H. / 985 d. C.). *Conimbriga*, 52. Coimbra, p. 165-194.

BARROCA, M. J. (2000) - *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422): Corpus epigráfico Medieval Português*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

BARROCA, M. J. (2015) - S. Jorge e o dragão: uma escultura da oficina de Mestre João Afonso procedente de Marecos (Penafiel). *Portugalia*, Nova série, 36. Porto, p. 9-106.

BENITO MARTÍN, F. (2000) - *La formación de la ciudad medieval: La red urbana en Castilla y León*. Valladolid: Universidad de Valladolid.

CARVALHO, P. S. (2006) - *Av. Heróis Lusitanos, Viseu Sondagens arqueológicas. Relatório Final*. Viseu, policopiado

CARVALHO, P. S. (2008) - *Escavação arqueológica de obras da ViseuPolis- 1ª campanha: Túnel Viário sob a Rotunda de Viriato. Sondagens arqueológicas. Relatório Final*. Viseu, policopiado

- CASTRO VALDÉS, C. G. (1995) - *Arqueología Cristiana de la Alta Edad Media en Asturias*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos.
- CATARINO, H. (2005) - Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al- Gharbi e as escavações na Universidade de Coimbra. In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) - *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela-Porto: Câmara Municipal de Porto- FLUP, p. 195-214.
- CATARINO, H. (2008) - A Marca inferior em Portugal na época de Almanzor: hipóteses de trabalho e os exemplos de Viseu e Coimbra, in *La Península Ibérica al filo del año 1000. Congreso Internacional Almanzor y su época*, Córdoba, p. 123-146.
- COELHO, J. (1938) - Cava de Viriato (III), in "Distrito de Viseu", n.º 4 (3-3-1938), p. 38.
- COELHO, J. (1943) - *Cadernos de Notas Arqueológicas*, n.º 70, fl. 56, inédito.
- COELHO, J. (1963) - *Valorização e defesa da Cava de Viriato*, separata da revista *Lucerna*, vol. III, Porto.
- CORREIA, A. A. M. (1928) - A Lusitânia Pré-romana, in PERES, Damião (Ed.). *História de Portugal*, Vol. I, Barcelos: Portucalense Editora, p. 79-214.
- CORREIA, F. B. (2010) - *Fortificação, guerra e poderes no Gharb al- Andalus*. (Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, Évora, policopiada.
- COSTA, A. J. (2000) - *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- DOBLADO GONZALEZ, M. (2003) - La proporción cordobesa en la arquitectura. In *Segundo Congreso Internacional de matemáticas en la Ingeniería y la Arquitectura*. Madrid: Universidad Politécnica, p. 359-368.
- FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1985) - *Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanhol*. Coimbra.
- FEIJOO, S., ALBA CALZADO, M., (2006) - Nueva lectura arqueológica del Aljibe y Alcazaba de Mérida. In GÓMEZ MARTINEZ, Susana - *Al-Andalus espaço de mudança: Balanço de 25 anos de História e Arqueologia medievais*. Mértola: C.A.M., p. 161-170.
- FERNANDES, P. A. (2008) - A igreja de São Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana. *Arqueologia Medieval*, 10, Mértola, p. 21-40.
- FERNANDES, P. A. (2017) - *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal, séculos VIII-X*, Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, policopiado, p. 305-313.
- GIRÃO, A. (1925) - *Viseu. Estudo de uma aglomeração urbana*. Coimbra.
- GIRÃO, A. (1944) - Cava de Viriato. Novos elementos para a sua interpretação, *Beira Alta*, vol. III, 1, Viseu, p. 69-75.
- GOMES, A., GASPAR, A. (2013) - O castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão, in FERNANDES, Isabel Cristina F. (Coord.) - *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Vol. I, Lisboa: Edições Colibri; Campo Arqueológico de Mérida, p. 393-404.
- GONZÁLEZ MARRERO, J. A., AGUIAR AGUILAR, Maravillas (2003) - Sobre algunos textos latinos de agromensura de origem árabe, *Fortunatae*, 14, Santa Cruz de Tenerife, p. 103-108.
- LOPEZ ALSINA, F. (1988) - *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. Santiago de Compostela: Ayuntamiento de S. C., Centro de Estudios Jacobeos- Museo Nacional de las Peregrinaciones.
- LÓPEZ CARREIRA, A. (1999) - *A cidade medieval galega*. Vigo: A Nosa Terra.
- MANTAS, V. G. (2003) - Indícios de Campo Romano na Cava de Viriato? *Al-Madan*, 2ª série (12). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 40-42.
- MARQUES, J. (2001) - Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa, in POLÓNIA, Amélia (Coord.) - *Estudos de homenagem a João Fernandes Marques*, Vol. I, Porto: FLUP, p. 101-121.
- MASCARENHAS, J. M., BARATA, F. T. (2008) - *A Cava de Viriato: história, paisagem e património*, Viseu: Viver Viseu. Programa Polis/C. M. Viseu.
- MATTOSO, J. (1968) - *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'na mille à 1200*. Louvain: Université de Louvain.

- MATTOSO, J., KRUS, L., ANDRADE, A. (1989) - *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Editorial Estampa.
- NEVES, H. (1893) - A Cava de Viriato. Notícia descritiva e crítico-histórica, Figueira da Foz.
- NORTHEGE, A. (2005) - *The historical topography of Samarra*. London: British School of Archaeology in Iraq, Fondation Max van Berchem.
- OSÓRIO, M. (2010) - Sabugal Velho e Caria Talaia - duas morfologias de povoamento, a mesma cronologia. *Sabugale* 2. Sabugal, p. 61-78.
- OSÓRIO, M. (2012) - *Sortelha: segredos por desvendar*. Sabugal: Sabugal Mais.
- OSÓRIO, M. (2014) - A longa história das estruturas defensivas de Alfaiates. *Sabugale* 6. Sabugal (2014), p. 23-68.
- PEREIRA, M. B. R. (1995) - *Diálogos Morais e Políticos* (versão original de 1630). Viseu.
- PIMENTEL, A. F. (2005) - *A morada da Sabedoria*. Coimbra: Almedina, 2005.
- REAL, M. L. (1995) - Inovação e resistência: Dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular. In *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Lisboa (1992). Barcelona, p. 17-68.
- REAL, Manuel Luís (2013a) - O Castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões, *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, 12, Porto, p. 203-230.
- REAL, M. L. (2013b) - O significado da basílica do Prazo (Vila Nova de Foz Côa), na Alta Idade Média duriense, in Museu de Lamego DRCN/ CITCEM-FLUP (ed.) - *Actas das 1<sup>as</sup> Conferências do Museu de Lamego/ CITCEM. História e Património no Douro: Investigação e Desenvolvimento*. Lamego: Museu de Lamego, p. 65-103.
- REAL, M. L. (2013c) - Santa Maria com o Menino. In SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima - *São Teotónio, patrono da Diocese e da Cidade de Viseu*. Viseu: Diocese de V.; Câmara Municipal de V., 2013, p. 180-181.
- REAL, M. L. (2014) - Reflexões sobre o moçarabismo no Gharb Al-Andalus: o caso português, in GOMEZ MARTINEZ, Susana (coord.) - *Entre Roma e o Islão*. Mértola: CAM, p. 244-351.
- REAL, M. L. (2015) - Os moçárabes entre a convivência e a intolerância: resistências, apostasias, dissimulações e ambiguidades. In AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) - *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média Peninsular*. Lisboa-Madrid: Edições Colibri-Universidad Autónoma, 2015, p. 39-73.
- REAL, M. L., FERNANDES, P. (s.d.) - *A construção e as artes durante o consulado de D. Sesnando* (no prelo).
- RIBEIRO, O. (1971a) - Em torno das origens de Viseu, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 13, p. 211-229.
- RIBEIRO, O. (1971b) - Ainda em torno das origens de Viseu, *Beira Alta*, vol. XXX, 3, Viseu, p.437-443.
- SAFRAN, J. M. (2000) - *The second Umayyad Caliphate: The articulation of caliphal legitimacy in Al-Andalus*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press.
- SARAIVA, A. M. S. (2008) - *Monumentos de Escrita, 400 anos da história da Sé e da cidade de Viseu (1230'1639)*, Viseu: IMC-Museu de Grão Vasco.
- SÉNAC, Philippe (2011) - *Almanzor. El Azote del año mil*, Valência: Universitat de Valência.
- SILVA, R. B. (2010) - De volta à Cava do Viriato (Viseu), *Al-Madan*, 17.1, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, Fev, p. 163-164.
- SMITH, E. Baldwin - *Architectural symbolism of imperial Rome and the Middle Ages*. Princeton (New Jersey): P. University Press, 1956.
- SUÁREZ OTERO, J. (2012) - Santiago de Compostela: do povoado romano à cidade episcopal, in FALCÃO, José António (dir.) - *No Caminho sob as Estrelas: Santiago e a Peregrinação a Compostela*. Santiago de Cacém-Beja: Câmara Municipal Santiago do Cacém e Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, vol. 1, p. 31-43.



UTRERO AGUDO, M. A. (2012) - HYPERLINK "[https://www.academia.edu/11912951/An%C3%A1lisis\\_arqueol%C3%B3gico\\_de\\_la\\_Varanda\\_dos\\_C%C3%B3negos\\_S%C3%A9\\_de\\_Viseu\\_Portugal.\\_Primeros\\_resultados](https://www.academia.edu/11912951/An%C3%A1lisis_arqueol%C3%B3gico_de_la_Varanda_dos_C%C3%B3negos_S%C3%A9_de_Viseu_Portugal._Primeros_resultados)" Análisis arqueológico de la Varanda dos Cónegos, Sé de Viseu, Portugal. Primeros resultados, *Excavaciones en el Exterior 2011. Informes y Trabajos*, 9, p. 585-605.

TENTE, C. (2010) - *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego, Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*, tese de doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada à FCSH-UNL, policopiado.

TENTE, C. (2016a) - [CNS1090] *Cava de Viriato (Freguesia e concelho de Viseu). Relatório de sondagem realizada em 2015*, Lisboa, policopiado.

TENTE, C. (2016b) - A cidade e a catedral, in PAIVA, J. P. (Coord.), *História da Diocese de Viseu*, Vol. I - Séc. VI a1505, Viseu: Diocese de Viseu, p. 109-119.

VAZ, J. I. (1983) - Introdução ao Estudo de Viseu na Época Romana, *Beira Alta*, vol. XXXVIII, 3, Viseu, p. 543-555.

VAZ, J. I. (1996) - Linhas urbanísticas de Viseu na época romana, in *Los orígenes de la ciudad en el noroeste e hispánico*. Actas del Congreso Internacional, Lugo, p. 393-408.

VAZ, J. I. (1997) - *A Civitas de Viseu. Espaço e sociedade*, Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

VAZ, J. I. (2006) - A Cava de Viriato num documento do século XVII. *Conimbriga*, 45, Coimbra: FLUC, p.199-209